

Ata da 114^a Reunião do CEPHA,
realizada em 13 de abril de 2004.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e quatro, reuni-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, às 14:30 horas, na sala de Reuniões da SEEC, com a presença da Secretária de Estado da Cultura e Presidente do Conselho, Vera Maria Haj Mussi Augusto, dos Conselheiros Igor Chonnyz, Maria Francisca Bega, Païnt Olau Honorato Santos, Padre Alciso de Souza, Roseli Gerezinha Boschilia, Odemar Blasi, Paulo Sidney Ferraz, Maria Luxa Valenti Hermantini, Rudi Arno Seitz, Terezinha Jussara Lúporini e da Coordenadora do Patrimônio Cultural e Secretária Executiva do CEPHA, Rosânia Celi Alice Parchen. Justificaram a ausência os Conselheiros Carlos Frederico Maes de Souza Filho, Cereza Urban, Paulo Palamini, Wilson Lourino, Luiz Marcelo Bertoli de Mattos, Neusa Gomes Lopes e Luis Salvador Groatto. A reunião foi iniciada pela Secretária de Estado da Cultura, profa Vera Maria Haj Mussi Augusto, que, após os cumprimentos iniciais, informou aos presentes sobre o Seminário do Cone Sul - Fórum Cultural Mundial que se realizará nos próximos dias em Foz do Iguaçu, organizado pela SEEC. Comunica sobre a compra, pelo Estado do Paraná, do acervo do Museu David Canéiro, em fase final de negociação. Na oportunidade, o Conselheiro José da Pastina Filho, Arquiteto, discorreu sobre o valor e a importância do acervo e sobre as ações do IPHAN e a questão judicial relativa à parte do acervo que foi trazida de São Paulo e que se encontra nas dependências da 10^a SR IPHAN-PR, sob a guarda do arquiteto e que a mesma foi higienizada e catalogada. O Conselheiro Blasi lembrou que no próximo dia 26 de julho fará 150 anos da Lei nº 1 do Estado do Paraná, que oficializou Curitiba como Capital do Estado. A Sra. Vera Mussi formalmente acatou a sugestão do Prof. Blasi, comprometendo-

se a que a SEC, por intermédio da CPC, organizará um evento para registrar e comemorar a ocasião. Em seguida, pediu licença para se ausentar e assumiu a presidência o Prof. Oldemar Glan. Passou-se à discussão da ata da reunião anterior que, em não havendo manifestação contrária foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao segundo assunto da pauta: Tombamento da Fábrica de Papel de Arapoti, relatado pela Conselheira Roseli Borschilia. Após um breve relato da Arquiteta Rosine sobre o conteúdo do processo, a Conselheira leu o parecer, que aqui vai transscrito, na íntegra: "CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. PARECER. BEM: Complexo fabril composto pela Fábrica de Papel e usinas de energia elétrica. Endereço: Rodovia Municipal DR 101, Km 7. Fazenda Barra Mansa. Arapoti - PR. A Fábrica de Papel foi fundada no início da década de 1920, no município de Jaguariaíva, tendo como maior acionista a Southern Brasil Lumber and Colonization Company. De acordo com a escritura pública firmada, em 1923, entre a Prefeitura de Jaguariaíva e a Companhia Industrial Brasileira de Papel S.A., com sede em São Paulo, nessa época a fábrica já estava instalada no município, no lugar denominado Cachoeirinha, produzindo papelão, papel e polpa de papel. Em 1925, um documento cartorial constata que a área que abriga a segunda usina - a de Rio das Cinzas - foi adquirida de Olálio Sampaio e outras, digo, outros. Em 1928, a aquisição de modernos equipamentos possibilitou que a empresa ampliasse a produção e passasse a produzir novas qualidades de papéis, como o papel acetinado e a cintilina, melhorando sensivelmente a aparência e a consistência de seus produtos. Em 1938, a Southern Brasil Lumber and Colonization Company adquiriu a gleba Barra Mansa e, possivelmente, nesse momento ocorreu a transferência da fábrica para aquele local. Dois anos depois, com a assinatura do

Decreto Lei 2.436/40, que incorporou ao Patrimônio da União todo o ativo existente em território nacional da Brazil Railway Company e empresas a ela filiadas, a Companhia Indústrias Brasileiras de Papel, passou a ser administrada pelas Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Vale lembrar que a maior parte das fontes documentais existentes sobre a Fábrica de Papel Arapoti foram produzidas durante o período em que a mesma esteve sob a administração das empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Um desses documentos, escrito em 1948 por José Pedro Trindade, resultou na publicação intitulada "Lembranças das Fábricas de Papel Arapoti e Monte Alegre". Além de contar com a, digo, uma significativa coleção de fotos, o relatório de funcionários da descrição das diferentes seções da fábrica, o texto traz informações substanciais sobre o complexo-fabril. Nessa época, a Indústria de Papel Incorporadas, como passou a ser chamada após a incorporação, era composta pela fábrica de papel, situada na fazenda Barra Mansa, e pelas duas usinas: a de Cachoeirinha, a 20 km de distância do estabelecimento industrial; e a de Rio das Cinzas, a 30 km. sob a direção de um antigo funcionário, Ernesto Weidner, e contando 750 operários, a fábrica produzia, diariamente, trinta toneladas de papel. No seu entorno, se alinhavam 430 moradias, albergando 4.000 pessoas, funcionários da empresa e respectivas famílias" (TRINDADE, 1948). Em janeiro de 1951, pouco antes da criação do município de Arapoti, que ocorreu em 1955, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional transferiu a fábrica, através de uma operação de compra e venda, para os acionistas João Fernandes Menin, João Aquino, Pedro Máximo Lupion, Adélio Ramiro de Avis, Luiz José Aquino, João Lupion Gello, e Anacleto Pires Fumatti. Três anos depois, essa transação foi questionada pelo Tribunal de Contas, resultando numa polêmica que ficou conhecida

como o "caso da operação Arapoti" e estendeu-se até 1983, quando o Grupo Bamerindus adquiriu, através de leilão, a fábrica e a fazenda Barra Mansa, incluindo-se as hidrelétricas de Rio das Cinzas e Tijunho (antiga Cachoeirinha). A única informação obtida sobre reformas na fábrica datam do final da década de 1980, quando muitos equipamentos, sobretudo os das usinas hidrelétricas, passaram por mudanças, objetivando o aumento da produção. A partir de 1999, a empresa passou a ser administrada pela Champion Papel e Celulose S/A, posteriormente denominada International Paper do Brasil S/A, com sede no município de Mogi Guacu /SP. Com a desativação da Fábrica de Papel, ocorrida em 1999, e a iminência da perda de um patrimônio cultural que constitui referência significativa para a população do município, a Prefeitura de Arapoti, respaldada por um abaixo assinado com mais de 1.500 assinaturas, solicitou o tombamento do complexo fabril, composto de 10 edificações localizadas na Fazenda Barra Mansa, bem como as duas usinas (Rio das Cinzas e Tijunho) e seus respectivos equipamentos, conforme relações em anexo. Considerando que a principal característica de um bem cultural deve ser o significado que possui para um determinado grupo, somos favoráveis à preservação do complexo fabril da Fábrica de Papel Arapoti por acreditarmos que constitui importante ponto de referência para a população e a história do município. Por último, sugerimos ainda que sejam levadas em conta as recomendações da Carta de Veneza quando afirma que "o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história de qual é testemunho". Curitiba, 13 de abril de 2004. Roseli Boschilia." Após a leitura, foi colocado em discussão, e o Conselheiro La Pastina sugeriu que se pense numa estratégia para a fruição do bem. Houve várias sugestões por parte dos conselheiros, como desapropriação, doação e uso, inclusive como um espaço pa-

ra o desenvolvimento de uma escola de formação de mão-de-obra. A Conselheira Tereza Jussara sugeriu a possibilidade de do Estado participar no uso dos espaços, pois existe uma política de formação de mão-de-obra (SEED), com curso técnico na região. Se Pastina reforçou a necessidade de fazer com que as máquinas voltem a funcionar. Fez um questionamento sobre o levantamento arquitetônico dos edificados para que seja possível estabelecer a hierarquia na preservação. Com esta preocupação, o Conselheiro Oldemar Blaxi sugeriu o adiamento da discussão para uma próxima reunião, para que se complemente o levantamento e o levantamento dos edifícios. O Conselheiro R. Aleixo sugeriu que se levantem dados com a família de Avelino Vieira. O Presidente, Prof. Blasi, passou, a seguir, ao 3º assunto de pauta, referente ao tombamento de 3 imóveis em Palmeira e, como Conselheiro R. Lator, fez a leitura do seu parecer; após breve explicação por parte da Coordenadora do Patrimônio Cultural, Rosine Parchen, sobre a solicitação dos tombamentos, o estado físico dos imóveis, e sobre o intencional e possíveis usuários de dois dos bens. Após a leitura do parecer, o Conselheiro Rudi fez uso da palavra para declarar que conhece o imóvel, denominado Solar da Mandaguia, desde 1973, que é bastante interessante e que serviu de comércio de beira de estrada. O Conselheiro da Pastina interveiu, considerando como inquestionável a importância dos 3 imóveis para o Estado. O Conselheiro R. Aleixo informou que o Solar da Mandaguia e a Colônia Santa Bárbara são muito próximos e que este armazém foi construído nesse meio; solicitou que se procure dar contexto com a Igreja em frente. A Conselheira Tereza Jussara sugeriu que se busque entendimento com a maçonaria, já que uma das justificativas é o pedido de tombamento se embasa em quem construiu o edifício, que foi quem fundou a maçonaria em Palmeira. O Conselheiro

Saint Clair defendeu o tombamento e sugeriu manifestar à sociedade o interesse do Estado na preservação dos bens culturais. O Conselheiro Paulo Sidmey sugeriu que esta decisão respalde negociações para a restauração do imóvel. O Presidente, em exercício, Prof. Blasi, colocou em discussão o parecer, que foi aprovado por todos. Dando sequência à pauta, ao assunto, o Conselheiro Igor Amuzz fez uso da palavra para apresentar um relatório sobre "Pesquisas de Arqueologia Histórica em Curitiba", já publicadas na Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes em 2003. Citou que o artigo procura mostrar a Política de Arqueologia Histórica em Curitiba. O início, em 1964, se deu com as pesquisas no sítio arqueológico ao lado do Rio Barreiro, que poderia corresponder à "Vilinha", e prosseguiram até os dias atuais juntamente a obras de infra-estrutura da cidade, abrangendo indícios do século XVII ao XIX. O decreto que delimitou e criou o Setor Histórico de Curitiba preserva o arquitetônico e o urbano. Não há nada sobre a proteção do subsolo, que é a sua grande preocupação, porque os impactos sobre ele, não só no Setor Histórico, como em todo a cidade, são muito grandes. As medidas que vêm tomando são os embargos de obras da COPEL, da TELEPAR e da SANEPAR. Não há uma comunicação prévia das obras. Citou, ainda, que o único trabalho, e bastante recente, foi no "Cenáculo dos Adoradores", a maior área escavada no centro de Curitiba, onde foram encontrados vestígios de taipa de pilão e variado material arqueológico dos séculos XVIII e XIX. Apresentou 3 matérias jornalísticas sobre obras no centro de Curitiba, ações do Governo Municipal na preservação do edificado e o trabalho no Cenáculo. Informou que o uso do subsolo é pago à Prefeitura Municipal de Curitiba. Como não há legislação sobre o subsolo, sugeriu que se elaborasse uma para o subsolo do Setor Histórico. Disse, ainda, que já há uma

proposta de zoneamento arqueológico de Curitiba, e que este trabalho já foi enviado ao IPPUC. O Prof. Blasi informou que, em 2003, foi contratado pela COMPAGAS para acompanhar os 92 Km de valas abertas pela empresa. O Conselheiro Saint Clair sugeriu uma recomendação do CEPHA para que a Prefeitura Municipal de Curitiba tome os cuidados necessários na área delimitada sempre que nela houver intervenções. Que a Lei diga que a Prefeitura Municipal deve obrigar a empresa que executará a obra a apresentar Relatório de Impacto Ambiental. Que a Prefeitura Municipal contrarie esse regras e não exige o RIMA dos empresários. Disse que deve ser exigido o RIMA para rede de esgoto, COPEL, entre outros. Alertou que a Promotoria de Justiça é o caminho. O Conselheiro La Pastina informou que o IPHAN aluia sempre que é acionado; concordou com a manifestação do CEPHA quanto à Prefeitura Municipal e fez sobre a possibilidade de assinatura de um termo de cooperação técnica entre IPHAN, SEEC, Prefeitura Municipal de Curitiba e CEPA - Centro de Estudos de Pesquisa Arqueologia, para a aplicação de plano para as ações sobre o zoneamento arqueológico de Curitiba. O Conselheiro Le. Alivio sugeriu que o caminho se dê com a criação de um fórum, Curitiba poderá iniciar uma pesquisa em torno de Matriz e na área do antigo cemitério. A Arqueóloga Rose Parchen sugeriu que se parta de um mapeamento das áreas e bens tombados em Curitiba e que com a forma só, digo, formatação dessa área, o CEPHA recomende à Prefeitura Municipal de Curitiba que estabeleça parâmetros para a pesquisa arqueológica anteceder as obras e as intervenções nessas áreas. Os Conselheiros entenderam também que tal proposta poderá ser apresentada pelo Conselheiro e Vereador Paulo Salamuni, em audiência pública. Passou-se ao 5º assunto da pauta - "Outros Assuntos" - e o Conselheiro La

Pastina comunicou a vinda de recursos do Governo Federal para as obras no Engenho do Parque Histórico do Maté, e que as obras já se iniciaram. A Secretária Executiva do CEPHA, Rosine Parchen, apresentou, para discussão e encaminhamento, o projeto da Prefeitura Municipal de Panamégua na área do aterro, em frente ao Colégio dos Jesuítas, dentro do Centro Histórico de Panamégua, lanchado pelo Estado. Os Conselheiros entenderam a necessidade a que a proposta atende mas sugeriram que sejam reduzidas em número para apenas duas piscinas e que seja apresentado novo projeto com as devidas especificações e projeto de paisagismo para a área. Nada mais havendo a constar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Rosine Parchen, Secretária Executiva do CEPHA, lancei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros deste Conselho.

OBS: Por um lapso, a Ata da Reunião Extraordinária, de 27/04/2004, encontra-se transcrita às fls. 48,49, após a transcrição da Ata da 115ª Reunião do CEPHA.

Thiago Alves

Dilma Rousseff

Berlitzio
Zogbi da Cunha

Messias
Faria

Ata da 115ª Reunião do CEPHA, realizada em 1º de junho de 2004.

No primeiro dia do mês de junho de dois mil e quatro, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões da SEEC, com a presença dos Conselheiros José La Pastina Filho, Maria Tanciara Bega, Roseli Terezinha Boschilia, Oldemar Blasi, Paulo Salamuni, Carlos Frederico Maris de Souza Filho, Luis Mário Bertoli de Mattos, Lúis Salvador Gnoato, Igor Chmyz, e da Coordenadora do Patrimônio Cultural e Secretária Executi-